



# XIV CONGRESO INTERNACIONAL DE COSTOS

II Congreso Colombiano de Costos y Gestión

*Los costos y la gestión en la ruta  
de la innovación y el conocimiento!*

## O CUSTO DO IMPAIRMENT NOS BANCOS ATUANTES NO MERCADO BRASILEIRO

### **Autores:**

Mailon Thierry Feitosa  
mailonthierry@gmail.com

Cleverton Henrique Nascimento  
clevertonhenrique@hotmail.com

Roberta Rodrigues de Sousa Alves  
rodrigguess@outlook.com

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira  
ridalvo@ufrnet.br

Daniele da Rocha Carvalho  
danielerocha@ufrnet.br

### **Área temática:**

Costos y gestión en perspectiva sectorial (comercio, salud, público, las entidades no lucrativas, entre otras)

### **Metodología aplicada:**

M2 – De caso /Estudio de campo

**Medellín, Colombia, Septiembre 9, 10, 11 de 2015**

### **Convocan:**



FACULTAD DE  
CIENCIAS ECONÓMICAS  
DEPARTAMENTO DE  
CIENCIAS CONTABLES



## RESUMO

O presente trabalho investigou o impacto da aplicação *impairment*, que é a redução ao valor recuperável de ativos, nos três maiores bancos que atuam no mercado brasileiro: Itaú, Bradesco e Banco do Brasil. Definida no Pronunciamento Técnico 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, essa redução deve ser aplicada sempre que o valor contábil de um ativo esteja superior ao seu valor recuperável, que, por sua vez, é o maior valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso desse ativo. O parâmetro para seleção foi o valor do patrimônio líquido, apresentado em *ranking* divulgado pelo Banco Central do Brasil, referente às informações do ano de 2014. Trata-se de uma pesquisa descritiva quanto aos objetivos, documental e bibliográfica quanto aos procedimentos e qualitativa quanto à abordagem do problema. O estudo concluiu que houve perdas por imparidade nos três bancos analisados, observadas tanto em ativos tangíveis, como edificações e equipamentos, quanto em ativos intangíveis, como *softwares* e direitos bancários. As maiores perdas, em termos percentuais, foram registradas pelo Banco Itaú, e foi no Banco do Brasil que ocorreram as menores e mais homogeneamente distribuídas perdas ao longo do período analisado.

**Palavras-chave:** Redução ao valor recuperável. CPC 01. Custo de *Impairmet*.

## 1 INTRODUÇÃO

O ativo é um dos três elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira das entidades. No seu conceito mais atual, esse componente patrimonial é apresentado como um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a mesma.

A mensuração e a avaliação de ativos são duas temáticas amplamente discutidas na contabilidade ao longo de sua evolução, e ganhou mais ênfase com o processo de harmonização de normas contábeis, em nível mundial.

No Brasil, esse processo de harmonização começou a tomar mais consistência a partir da criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 2005, com o objetivo principal de conduzir as normas contábeis brasileiras à convergência com os padrões internacionais.

No seu primeiro pronunciamento técnico emitido em 2008, o CPC instituiu a “Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro”, na qual estão, entre outros, os conceitos de elementos das demonstrações contábeis, dentre os quais está o ativo.

A partir de então, diversos outros pronunciamentos técnicos foram emitidos pelo CPC, fazendo referência à mensuração e avaliação de elementos de demonstrações contábeis. Um dos principais pronunciamentos emitidos que tem impacto direto na mensuração e avaliação de ativos foi o CPC 01, que trata da “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”. Esse pronunciamento teve sua primeira versão aprovada em setembro de 2007 e, com a promulgação da Lei nº 11.638, conhecida como a “Nova Lei das Sociedades Por Ações”, no mesmo ano, já trouxe mudanças significativas nas avaliações de ativos de muitas empresas, publicadas nos seus balanços já a partir do ano de 2008.

Face ao exposto, o presente trabalho busca responder o seguinte problema de pesquisa: Quais os impactos provocados pela aplicação da redução ao valor recuperável de ativos (CPC 01) nos demonstrativos dos principais bancos atuantes no mercado brasileiro, no período de 2009 a 2013?

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Geral

Mensurar o custo da redução ao valor recuperável de ativos (CPC 01) nos demonstrativos dos principais bancos atuantes no mercado brasileiro, no período de 2009 a 2013.

### 1.1.2 Específicos

- Levantar a evolução da temática de avaliação de ativos;
- Identificar os principais ativos que sofreram redução ao valor recuperável; e
- Demonstrar comparativamente os efeitos da redução ao valor recuperável dos ativos dos três maiores bancos atuantes no mercado brasileiro.

## 1.2 METODOLOGIA

Por tratar-se de um trabalho na área contábil, optou-se por seguir a tipologia de pesquisa proposta por Raupp e Beuren (2010), segundo a qual o presente trabalho tem o seguinte enquadramento metodológico:

- quanto aos objetivos é uma pesquisa descritiva, pois os fatos foram observados, analisados e interpretados, sem a interferência dos pesquisadores;
- quanto aos procedimentos é uma pesquisa bibliográfica e documental, por ter utilizado tanto fontes bibliográficas (livros, artigos, etc.), como demonstrações contábeis da empresas (balanços patrimoniais e notas explicativas); e
- por fim, quanto à abordagem do problema, é uma pesquisa qualitativa, apesar de lidar com números (valores contábeis), a abordagem não foi quantitativa.

No que diz respeito aos procedimentos, os principais passos para o desenvolvimento deste trabalho foram os seguintes:

- identificação dos maiores bancos brasileiros em termos de patrimônio líquido, tomando como referência o *ranking* divulgado pelo Banco central do Brasil;

- acesso às demonstrações contábeis e às notas explicativas dos três maiores bancos identificados, referentes ao período de 2009 a 2013; e
- tabulação das informações de *impairment* coletadas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 DEFINIÇÕES DE ATIVO

Vários estudiosos e entidades formularam definições de ativos ao longo da evolução da ciência contábil. Hendriksen e Van Breda (1999) apresentam algumas dessas definições, conforme se vê no Quadro 1.

Quadro 1 – Definições de Ativo

<b>Autor</b>	<b>Definição</b>
Francisco D'Auria	Conjunto de meios ou a matéria posta à disposição do administrador para que este possa operar de modo a conseguir os fins que a entidade entregue à sua direção tem em vista.
Sprouse e Moonitz	Representam benefícios futuros esperados, direitos que foram adquiridos pela entidade como resultado de alguma transação corrente ou passada.
Walter B. Meigs e Charles E. Johnson	Recursos econômicos possuídos por uma empresa.
Paton	Qualquer contraprestação, material ou não, possuída por uma empresa específica e que tem valor para aquela empresa.
Comitê de Tecnologia do AICPA	Algo representado por um saldo devedor que é mantido após o encerramento dos livros contábeis de acordo com as normas ou os princípios de Contabilidade, na premissa de que representa ou um direito de propriedade ou um valor adquirido, ou um gasto realizado que criou um direito.
FASB	Benefícios econômicos futuros prováveis, obtidos ou controlados por uma dada entidade, em consequência de transações ou eventos passados.
John Canning (Stanford)	Qualquer serviço futuro, em termos monetários, ou qualquer serviço futuro conversível em moeda (...) cujos direitos pertencem legal ou justamente a alguma pessoa ou algum conjunto de pessoas. Tal serviço é um ativo somente para essa pessoa ou esse grupo de pessoas que o usufrui.
APB (Pronunciamento nº 4)	Recursos econômicos de uma empresa que são reconhecidos e medidos em conformidade com princípios contábeis geralmente aceitos, incluindo certas despesas diferidas que não representam recursos.
Eliseu Martins	Futuro resultado econômico que se espera obter de um agente.
AAA	Recursos econômicos alocados às finalidades mercantis dentro de uma empresa de contabilidade específica e sobre estes são agregados de potenciais de serviços disponíveis ou benefícios para as operações da empresa.
Hendriksen e Van Breda	Direitos e serviços potenciais ou como direitos a benefícios econômicos futuros.
Vatter	Incorporações de satisfação das necessidades futuras na forma de serviços potenciais que podem ser transformados, trocados ou armazenados contra eventos futuros.

Fonte: Elaborado a partir de Hendriksen e Van Breda (1999)

No atual entendimento do CPC, o ativo, um dos elementos básicos das demonstrações contábeis, é assim apresentado:

4.4. Os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Estes são definidos como segue:

(a) *ativo* é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;

Sobre a apresentação desses elementos nas demonstrações contábeis, o CPC (2011, p. 25) ainda destaca que os mesmos “podem ser classificados por sua natureza ou função nos negócios da entidade, a fim de mostrar as informações da maneira mais útil aos usuários para fins de tomada de decisões econômicas.”.

## 2.2 MENSURAÇÃO DE ATIVOS

Segundo Guerreiro (1989, p.76), a teoria da mensuração diz respeito ao complexo problema de avaliar ou estimar dados de forma a estabelecer seu significado corretamente. Daí, sua grande importância para a Contabilidade.

Para Chambers, citado por Guerreiro (1989, p.76), mensuração é a atribuição de números a objetos de acordo com regras especificando o objeto a ser medido, a escala a ser usada e as dimensões da unidade.

A teoria da mensuração busca atribuir números para representar propriedades empíricas. O conjunto de objetos e eventos é chamado de Sistema Relacional Empírico, enquanto que o conjunto numérico é chamado de Sistema Relacional Numérico.

Entrando mais no campo da Contabilidade, existe outro fator importante no processo de mensuração, que é o fator tempo. Mensurar um evento ou objeto passado é mais fácil que mensurar um objeto ou evento que ainda não se realizou, visto que as medidas de eventos futuros são estimativas subjetivas.

Visto que a unidade monetária é o padrão de mensuração utilizado na Contabilidade, outro aspecto a ser considerado é que o poder de compra dessas unidades monetárias não permanece constante com o passar do tempo. Por esse motivo, a mensuração de dados financeiros torna-se uma tarefa difícil. A comparabilidade entre eventos ou objetos medidos em períodos diferentes só é possível se for feita uma correção da unidade de mensuração.

Para se mensurar, primeiramente, é necessário reconhecer determinado item como ativo. Depois de reconhecer como ativo, é necessária a seleção de um determinado atributo. Resumidamente, esse atributo seria uma base para a mensuração.

De uma maneira geral, a mensuração é feita com base em valores monetários, porém, existem dados não monetários que podem ser relevantes para tomada de decisões, fornecendo informações que os valores monetários não seriam capazes de fornecer.

Conforme definido na Resolução nº 1.282/2010 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em seu Artigo 7º. “§ 1º As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas: I - Custo histórico. [...] II - Variação do custo histórico”. (CFC, 2010, p. 1)

Aplicando a base de mensuração do custo histórico, “Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição.”. (CFC, 2010, p. 1)

Em outras palavras, se pode dizer que, usando o custo histórico como base, o ativo é mensurado de acordo com o valor pago na data da aquisição. Essa base é a mais utilizada, pois representa efetivamente o valor pago pela aquisição do ativo e é mais verificável.

Por outro lado, uma vez integrados ao patrimônio, pode-se optar pelas variações do custo histórico, segundo as quais os ativos podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

- a) Custo corrente. Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. [...];
- b) Valor realizável. Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. [...];
- c) Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. [...];
- d) Valor justo. É o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos;
- e) Atualização monetária. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

Além da definição das bases de mensuração, outro fator relevante a considerar é o objetivo dessa mensuração. Na contabilidade é necessária a existência de avaliações e os objetivos que influenciam a escolha da base de mensuração dos ativos.

Esses objetivos são os semânticos, sintáticos e pragmáticos. Os objetivos semânticos são uma forma de acrescentar interpretação na avaliação dos ativos, auxiliando no trabalho

dos contadores em busca de melhores maneiras de se mensurar. Já os objetivos sintáticos são baseados nos enfoques ativo-passivo ou receita-despesa (adotado pela contabilidade). E os pragmáticos se baseiam na relevância, que é a capacidade que a informação possui de influenciar na tomada de decisão. (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999)

## 2.3 CUSTO DE DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO DE ATIVOS

As contas de ativo estão sujeitas a uma redução do seu valor original devido a diversos fatores, como o desgaste causado pelo uso, obsolescência, diminuição do tempo contratual, dentre outros. Para cada tipo de ativo existe um tipo específico de conta redutora (ou retificadora).

O primeiro tipo de conta retificadora é a depreciação, que é aplicada aos bens tangíveis que possam ter sofrido uma redução de seu valor por algum dos motivos supracitados. Outro tipo é a amortização, sendo aplicável aos direitos e bens intangíveis de uso limitado por via contratual ou legal. O último tipo de conta redutora de ativos é a exaustão, aplicável aos bens naturais não renováveis.

A depreciação, amortização ou exaustão devem ser reconhecidas quando houver indícios da redução de valor das contas patrimoniais, levando em consideração o seu tempo restante de vida útil econômica. As reduções deverão ser reconhecidas nas demonstrações de resultado a cada mês, a partir do momento em que o item estiver em condições de uso, até que o seu valor contábil líquido seja igual ao seu valor residual (montante que se espera recuperar no final da vida útil com a venda do ativo).

Existem três métodos para se calcular a depreciação, amortização ou exaustão. São eles: O método de linha reta, o método de soma de dígitos, e o método das unidades produzidas. Deve-se escolher o método de cálculo a se utilizar acordo com a vida útil econômica do bem.

O método de linha reta utiliza um valor fixo de depreciação a se reconhecer ao longo da vida útil do bem. Já o soma de dígitos utiliza uma taxa variável proporcional ao tempo restante da vida econômica do item. E o método das unidades produzidas, como o próprio nome já diz, utiliza uma taxa que varia de acordo com a produção do ativo, mas não é o mais utilizado por não levar em consideração outros fatores que possam modificar o valor do item.

Para efeito de cálculo de depreciação dos bem imóveis, deve-se considerar apenas o valor do custo de construção, desconsiderando o valor do terreno. De acordo com o Decreto nº 3.000/1999 (Regulamento do Imposto de Renda), art. 307, parágrafo único e seus incisos,



não será admitida quota de depreciação relativamente a: (1) terrenos, salvo em relação aos melhoramentos ou construções; (2) prédios ou construções não alugados nem utilizados pelo proprietário na produção dos seus rendimentos, bem como destinados à revenda; (3) bens que normalmente aumentam de valor com o tempo, como obras de arte e antiguidade; e (4) bens para os quais seja registrada quota de exaustão.

## 2.4 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Tendo em vista o aumento do interesse de investidores estrangeiros no mercado de ações brasileiro nos últimos anos, resultado do bom desempenho da economia nacional diante da crise monetária internacional dos últimos anos, os órgãos reguladores do país adotaram as normas internacionais de contabilidade, mais conhecidas como IFRS (*Internacional Financial Reports Standards*).

Dentre essas normas está o pronunciamento técnico CPC 01: “Redução ao Valor Recuperável”, ou *impairment*. O CPC (2010, p. 2) diz que o *Impairment* não é aplicável aos seguintes ativos:

- a) Estoques
- b) Ativos advindos de contratos de construção
- c) Ativos fiscais diferidos
- d) Ativos advindos de planos de benefícios a empregados
- e) Ativos financeiros que estejam dentro do alcance dos Pronunciamentos Técnicos do CPC que disciplinam instrumentos financeiros;
- f) Propriedade para investimento que seja mensurada ao valor justo
- g) Ativos biológicos relacionados à atividade agrícola que sejam mensurados ao valor justo líquido de despesas de venda;
- h) Custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis advindos de direitos contratuais de companhia de seguros contidos em contrato de seguro dentro do alcance do CPC 11 – Contratos de Seguro; e
- i) Ativos não circulantes (ou grupos de ativos disponíveis para venda) classificados como mantidos para venda.

#### 2.4.1 Conceito

A Redução ao Valor Recuperável é o método utilizado para que as entidades não estejam com ativos registrados por um valor maior do que o que se possa recuperar com eles. Isso ocorre quando seu valor contábil está registrado por um valor maior do que o que é recuperável com o uso ou a venda do item patrimonial. Se isso ocorrer, a entidade deve reconhecer um ajuste para perdas por desvalorização.

#### 2.4.2 Teste de recuperabilidade

Ao final de cada período, deve se avaliar se existe alguma indicação de desvalorização sofrida pelo ativo. Havendo alguma indicação, deve-se estabelecer as causas dessa desvalorização através das fontes internas e externas de informação. Independentemente de existir, ou não, uma redução ao valor recuperável, a entidade deve testar anualmente a recuperabilidade do ativo e do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Os testes podem ser feitos a qualquer momento do ano, desde que se repita no mesmo período todos os anos.

#### 2.4.3 Valor Recuperável

O valor recuperável dos ativos é o montante estimado que se possa recuperar com o item, podendo ser definido através do valor em uso ou do valor justo líquido de venda, dos dois o maior.

Valor em uso é o valor do fluxo de caixa futuro, contendo receitas e despesas que são necessariamente incorridas para a geração de entradas de caixa que se espera receber com o uso contínuo do ativo, trazido a valor presente.

Esse procedimento exige a identificação de fontes de informações, sendo elas internas ou externas. A interna compreende os eventos que ocorrem no âmbito da empresa, como o desgaste excessivo do ativo ou o baixo desempenho econômico do bem. Já as fontes externas compreendem os eventos que ocorrem fora da empresa, mas que causam efeitos nela, como a alteração na taxa de juros, obsolescência ou mudança de valor de mercado do item. Após ser determinado o valor esperado de receitas, deve-se aplicar uma taxa de desconto com base realista, próximo à média de crescimento da atividade empregada do item, para trazê-lo ao valor correspondente na data atual do teste.

No fluxo de caixa futuro deve ser desconsiderada qualquer entrada ou saída que seja resultado de atividades financeiras, já que o valor da moeda é considerado no desconto do fluxo. Também os recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda, visto que a taxa de desconto é considerada antes do pagamento de impostos.

Já o valor justo líquido é o valor esperado da baixa do ativo em transação isenta de interesse entre as partes envolvidas na venda depois de deduzidas todas as despesas inerentes à venda e/ou que deixem o ativo em condições de venda. Para a determinação do valor de venda, existem três bases diferentes, que devem ser utilizados na seguinte ordem: 1) Preço de contrato de venda. 2) Valor de mercado do ativo. 3) Valor de mercado de item semelhante.

#### 2.4.4 Reconhecimento

As perdas por desvalorização constituem um custo e devem ser reconhecidas na Demonstração de Resultado (DR) na forma de provisão, exceto quando o item é reavaliado, onde é reconhecida como uma diminuição do saldo de reavaliação, nos Outros Resultados Abrangentes. Depois de reconhecida a perda por desvalorização, a depreciação, amortização ou exaustão devem ter como nova base de cálculo o valor contábil menos o *impairment* e seu valor residual, utilizando o tempo de vida útil remanescente.

#### 2.4.5 Goodwill

Um dos casos especiais da aplicação do CPC 01 é quando existe o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) no ativo individual ou unidade geradora de caixa. Se o ágio tiver sido alocado, ele deve ser considerado no montante do valor contábil no momento da comparação com o valor recuperável. Se não, deve ser excluído.

Quando for constatada a perda por não recuperabilidade, deve-se reduzir primeiramente o valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e, depois, o valor contábil dos demais ativos integrantes da Unidade, proporcionalmente.

#### 2.4.6 Reversão da perda

A reversão da perda por desvalorização de ativos deve ser reconhecida a partir do momento em que houver indicações que ela não ocorrerá mais ou tenha diminuído, tendo as fontes internas e externas de informações como base dessa informação.

Verificado o fato, a reversão deve ser reconhecida em outros resultados abrangentes sob o título de reserva de reavaliação, aumentando o valor dos ativos que integram a UGC<sup>1</sup> proporcionalmente ao seu valor contábil. O único item em que não se aplica a reversão da perda é o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

#### 2.4.7 Divulgação

No que diz respeito à divulgação, o CPC assim se pronuncia:

a entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos:

(a) o montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas;

(b) o montante das reversões de perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas reversões foram incluídas;

(c) o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período; e

(d) o montante das reversões das perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período. (CPC, 2010, p. 32)

### 3 ANÁLISE DOS DADOS

Conforme *ranking* divulgado pelo Banco Central do Brasil (BACEN), referente às operações do ano de 2014, o maior banco em termos de patrimônio líquido e de lucro líquido em 2014 foi o Itaú. No quadro 2 estão listados os 10 maiores bancos segundo esse *ranking*.

Quadro 2 – Os 10 maiores bancos em operação no Brasil, por ordem de Patrimônio Líquido

Instituições	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Nº de Agências	Índice de Basileia	Índice de imobilização
ITAU	103.079.063	10.311.204	3.885	16,9	49,1
BRADESCO	81.588.015	7.880.304	4.665	16,5	47,3
BB	70.675.464	5.833.139	5.524	16,1	22,2
SANTANDER	58.224.926	1.218.969	2.640	17,5	29,4
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	26.222.766	3.702.318	3.391	16,1	14,4
BTG PACTUAL	14.678.867	1.561.384	9	17,5	39,3
HSBC	9.732.307	-532.785	854	13,1	25
SAFRA	8.733.555	830.183	108	14	21,8
VOTORANTIM	7.553.875	210.010	14	15	4
CITIBANK	6.706.737	17.268	127	14,7	12,2

Fonte: Elaborado a partir de BACEN (2015)

<sup>1</sup> Entende-se por UGC o menor grupo de ativos que, juntos, podem gerar um benefício econômico para a entidade independente de outros ativos ou grupos de ativos.

Segundo definido nos procedimentos metodológicos, foram selecionados os três maiores bancos em termos de patrimônio líquido para comporem a amostra deste trabalho. São eles: Itaú, Bradesco e Banco do Brasil, conforme se observa no Quadro 2.

Dentre os três bancos selecionados, o Itaú foi o único a reconhecer perda por imparidade já no ano de 2009. Como se pode observar no Quadro 3, essa perda foi registrada em um só grupo de ativos, que foi o de imóveis à venda, que sofreu uma perda de cerca de 25,6%.

Ao longo dos anos seguintes, a perda por imparidade passou a ser registrada em outros ativos tangíveis, tais como móveis e utensílios, bem como em ativos intangíveis, como direitos por aquisição de folha de pagamento e desenvolvimento de *software*.

Em todo o período analisado a perda média foi de 25,325% do valor dos ativos que sofreram essa perda, sendo 7,624% a perda mínima, registrada em 2011, e 37,452% a perda máxima, ocorrida em 2010.

Quadro 3 – Custo das perdas por imparidade – Itaú Unibanco Holding S.A.

	Valor Contábil	Impairment	Valor Recuperável	Perda (%)
<b>Exercício 2009</b>				
Imóveis à venda	R\$ 359.910.000,00	R\$ 92.451.000,00	R\$ 267.459.000,00	25,687%
<b>Total</b>	<b>R\$ 359.910.000,00</b>	<b>R\$ 92.451.000,00</b>	<b>R\$ 267.459.000,00</b>	<b>25,687%</b>
<b>Exercício 2010</b>				
Imóveis à venda	R\$ 181.707.000,00	R\$ 69.182.000,00	R\$ 112.525.000,00	38,073%
Direitos Aquisição Folha de Pagamento	R\$ 1.684.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 1.667.000,00	1,010%
Associação de Oferta serv. financeiros	R\$ 1.388.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 1.384.000,00	0,288%
<b>Total</b>	<b>R\$ 184.779.000,00</b>	<b>R\$ 69.203.000,00</b>	<b>R\$ 115.576.000,00</b>	<b>37,452%</b>
<b>Exercício 2011</b>				
Móveis e Equipamentos	R\$ 503.000.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 488.000,00	0,003%
Imóveis à venda	R\$ 138.389.000,00	R\$ 49.011.000,00	R\$ 89.378.000,00	35,415%
Direitos Aquisição Folha de Pagamento	R\$ 781.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 751.000,00	3,841%
Associação de Oferta serv. financeiros	R\$ 1.291.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 1.289.000,00	0,155%
<b>Total</b>	<b>R\$ 643.461.000,00</b>	<b>R\$ 49.058.000,00</b>	<b>R\$ 91.906.000,00</b>	<b>7,624%</b>
<b>Exercício 2012</b>				
Móveis e Equipamentos	R\$ 514.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 505.000,00	1,751%
Imóveis à venda	R\$ 161.834.000,00	R\$ 44.455.000,00	R\$ 117.379.000,00	27,470%
Direitos Aquisição Folha de Pagamento	R\$ 716.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 698.000,00	2,514%
Associação de Oferta serv. financeiros	R\$ 1.156.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 1.152.000,00	0,346%
<b>Total</b>	<b>R\$ 164.220.000,00</b>	<b>R\$ 44.486.000,00</b>	<b>R\$ 119.734.000,00</b>	<b>27,089%</b>
<b>Exercício 2013</b>				
Móveis e Equipamentos	R\$ 608.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 799.000,00	1,480%
Imóveis à venda	R\$ 165.711.000,00	R\$ 49.006.000,00	R\$ 116.705.000,00	29,573%
Direitos Aquisição Folha de Pagamento	R\$ 630.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 612.000,00	2,857%
Associação de Oferta serv. financeiros	R\$ 1.432.000,00	R\$ 27.000,00	R\$ 1.405.000,00	1,885%
Desenvolvimento de Software	R\$ 2.148.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 2.142.000,00	0,279%
<b>Total</b>	<b>R\$ 170.529.000,00</b>	<b>R\$ 49.066.000,00</b>	<b>R\$ 121.663.000,00</b>	<b>28,773%</b>

Observando o Quadro 4, se verifica que o Banco Bradesco não apresentou perda por imparidade no ano de 2009. Essas perdas só surgiram nas demonstrações desse banco a partir do ano de 2010, em dois grupos de ativos intangíveis: direitos bancários e *softwares*. Nos dois anos seguintes, as perdas foram reconhecidas apenas no grupo de direitos bancários, sendo o ano de 2012 o que apresentou a maior perda de todo o período analisado, ultrapassando os 20%.

No último ano analisado, houve o reconhecimento de perdas em cinco diferentes grupos de ativos, mas a perda média registrada nesse ano ficou abaixo de 1% dos valores dos ativos que sofreram essa perda.

Analisando todo o período, de 2010 a 2013, a perda média foi de cerca de 5,5%, mas essa média não representa bem a distribuição das perdas observadas, pois apenas em 2012 houve uma perda acima de 20%, enquanto nos anos seguintes ficou sempre abaixo de 1%, sendo o ponto mínimo observado no ano de 2011, com 0,167% de perda.

Quadro 4 – Custo das perdas por imparidade – Banco Bradesco S.A.

	<b>Valor Contábil</b>	<b>(Impairment)</b>	<b>Valor Recuperável</b>	<b>Perda (%)</b>
<b>Exercício 2010</b>				
Direitos Bancários	R\$ 1.524.549.000,00	R\$ 17.271.000,00	R\$ 1.507.278.000,00	1,133%
Softwares	R\$ 1.326.191.000,00	R\$ 9.222.000,00	R\$ 1.316.969.000,00	0,695%
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.850.740.000,00</b>	<b>R\$ 26.493.000,00</b>	<b>R\$ 2.824.247.000,00</b>	<b>0,929%</b>
<b>Exercício 2011</b>				
Direitos Bancários	R\$ 3.069.215.000,00	R\$ 5.126.000,00	R\$ 3.064.089.000,00	0,167%
<b>Total</b>	<b>R\$ 3.069.215.000,00</b>	<b>R\$ 5.126.000,00</b>	<b>R\$ 3.064.089.000,00</b>	<b>0,167%</b>
<b>Exercício 2012</b>				
Direitos Bancários	R\$ 2.586.519.000,00	R\$ 527.436.000,00	R\$ 2.059.083.000,00	20,392%
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.586.519.000,00</b>	<b>R\$ 527.436.000,00</b>	<b>R\$ 2.059.083.000,00</b>	<b>20,392%</b>
<b>Exercício 2013</b>				
Direitos Bancários	R\$ 2.607.742.000,00	R\$ 18.721.000,00	R\$ 2.589.021.000,00	0,718%
Softwares	R\$ 3.607.842.000,00	R\$ 29.987.000,00	R\$ 3.577.855.000,00	0,831%
Imóveis e Equipamentos de uso	R\$ 2.036.263.000,00	R\$ 6.356.000,00	R\$ 2.029.907.000,00	0,312%
Sistemas de Segurança	R\$ 58.594.000,00	R\$ 1.521.000,00	R\$ 57.073.000,00	2,596%
Sistemas de Transporte	R\$ 23.165.000,00	R\$ 523.000,00	R\$ 22.642.000,00	2,258%
<b>Total</b>	<b>R\$ 8.333.606.000,00</b>	<b>R\$ 57.108.000,00</b>	<b>R\$ 8.276.498.000,00</b>	<b>0,685%</b>

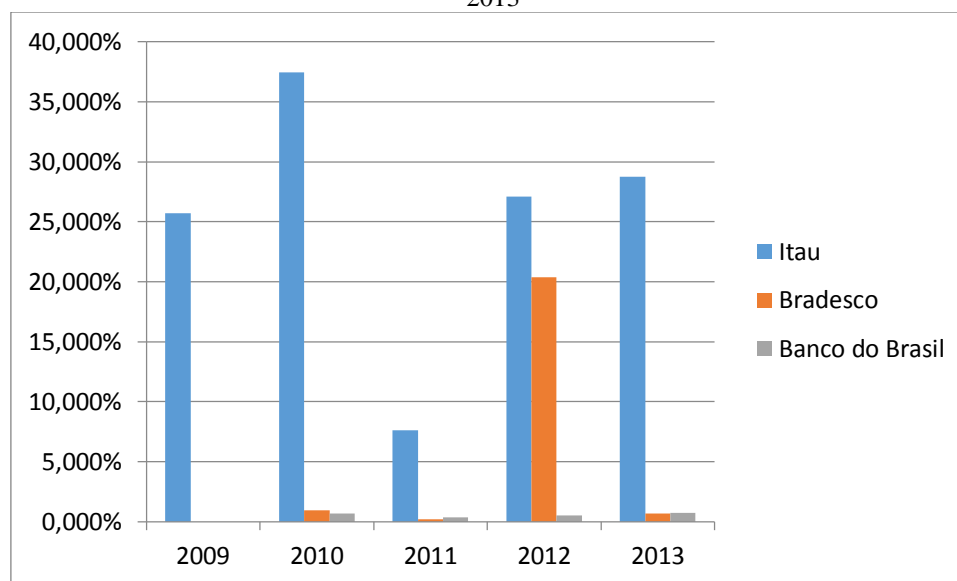
Assim como o Bradesco, o Banco do Brasil também não reconheceu perdas por imparidade no ano de 2009. Quanto aos percentuais de perdas reconhecidas nos anos seguintes, observa-se uma distribuição bastante homogênea, com valores oscilando entre 0,364% e 0,728%, com uma média de 0,567%. Como se pode verificar no Quadro 5, as perdas mais representativas ocorreram nos direitos por aquisição de folha de pagamento.

Quadro 5 – Custos das perdas por imparidade – Banco do Brasil S.A.

	Valor Contábil	(Impairment)	Valor Recuperável	Perda (%)
<b>Exercício 2010</b>				
Edificações	R\$ 2.021.403.000,00	R\$ 3.278.000,00	R\$ 2.018.125.000,00	0,162%
Móveis e equipamentos	R\$ 870.756.000,00	R\$ 1.152.000,00	R\$ 869.604.000,00	0,132%
Equip. de Proce. de Dados	R\$ 308.512.000,00	R\$ 1.405.000,00	R\$ 307.107.000,00	0,455%
Software	R\$ 711.457.000,00	R\$ 632.000,00	R\$710.825.000,00	0,089%
Direitos aquisição folha pagto.	R\$ 5.676.276.000,00	R\$ 56.596.000,00	R\$ 5.619.680.000,00	0,997%
<b>Total</b>	<b>R\$ 9.588.404.000,00</b>	<b>R\$ 63.063.000,00</b>	<b>R\$ 9.525.341.000,00</b>	<b>0,658%</b>
<b>Exercício 2011</b>				
Edificações	R\$ 2.415.822.000,00	R\$ 4.145.000,00	R\$ 2.411.677.000,00	0,172%
Móveis e Equipamentos	R\$ 1.047.264.000,00	R\$ 890.000,00	R\$ 1.046.374.000,00	0,085%
Equip. de Proce. de Dados	R\$ 1.594.839.000,00	R\$ 960.000,00	R\$ 1.593.879.000,00	0,060%
Software	R\$ 867.778.000,00	R\$ 575.000,00	R\$ 867.203.000,00	0,066%
Direitos aquisição folha pagto.	R\$ 10.394.114.000,00	R\$ 52.898.000,00	R\$ 10.341.216.000,00	0,509%
<b>Total</b>	<b>R\$ 16.319.817.000,00</b>	<b>R\$ 59.468.000,00</b>	<b>R\$ 16.260.349.000,00</b>	<b>0,364%</b>
<b>Exercício 2012</b>				
Edificações	R\$ 2.644.008.000,00	R\$ 4.408.000,00	R\$ 2.639.600.000,00	0,167%
Móveis e equipamentos	R\$ 1.178.421.000,00	R\$ 925.000,00	R\$ 1.177.496.000,00	0,078%
Equip. de Proce. de Dados	R\$ 1.603.075.000,00	R\$ 960.000,00	R\$ 1.602.115.000,00	0,060%
Direitos aquisição folha pagto.	R\$ 5.374.517.000,00	R\$ 49.787.000,00	R\$ 5.324.730.000,00	0,926%
<b>Total</b>	<b>R\$ 10.800.021.000,00</b>	<b>R\$ 56.080.000,00</b>	<b>R\$ 10.743.941.000,00</b>	<b>0,519%</b>
<b>Exercício 2013</b>				
Edificações	R\$ 2.429.538.000,00	R\$ 7.605.000,00	R\$ 2.421.933.000,00	0,313%
Equip. de Proce. de Dados	R\$ 1.044.143.000,00	R\$ 960.000,00	R\$ 1.043.183.000,00	0,092%
Direitos aquisição folha pagto.	R\$ 4.536.471.000,00	R\$ 49.740.000,00	R\$ 4.486.731.000,00	1,096%
<b>Total</b>	<b>R\$ 8.010.152.000,00</b>	<b>R\$ 58.305.000,00</b>	<b>R\$ 7.951.847.000,00</b>	<b>0,728%</b>

No Gráfico 1, a seguir, se pode observar a distribuição das perdas percentuais reconhecidas pelos três bancos analisados no período de 2009 a 2013.

Gráfico 1 – custo das perdas por imparidade dos três maiores bancos atuantes no mercado brasileiro – 2009 a 2013



## 4 CONCLUSÕES

O presente trabalho teve por objetivo mensurar os custos da aplicação da redução ao valor recuperável de ativos, conforme definido no pronunciamento técnico CPC 01, nos demonstrativos dos principais bancos atuantes no mercado brasileiro, no período de 2009 a 2013.

Após a identificação dos três maiores bancos, foram coletadas as informações sobre os custos das perdas por desvalorização dos ativos (imparidade), nas demonstrações contábeis e nas respectivas notas explicativas.

Verificou-se que houve registro de custos de perdas por imparidade nos três bancos analisados, nas demonstrações contábeis dos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013; no entanto, apenas o Itaú registrou esse tipo de perda já no ano de 2009.

Os dados coletados indicam que houve custo de perdas registradas tanto em ativos tangíveis como, por exemplo, imóveis e equipamentos, como em ativos intangíveis como *softwares* e direitos bancários.



## REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e consolidado do Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em: <<http://www4.BACEN.gov.br/fis/TOP50/port/Top50P.asp>>. Acesso em: 14 abr. 2015.
- BRASIL. **Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999**. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3000.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm)>. Acesso em: 8 mar. 2015.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Consulta – Companhias – Demonstrações, ITR, DFP, DF, Balanço, Fato Relevante**. Disponível em: <[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)>. Acesso em: 25 fev. 2015.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamentos Técnicos**. Disponível em: <[www.cpc.prg.br](http://www.cpc.prg.br)>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 1.282, de 28 de maio de 2010**. Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC nº 750/1993, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em: <<http://www.deloitte.com.br/publicacoes/2010all/062010/Trabprev/res1282.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2015.
- GUERREIRO, Reinaldo. **Modelo Conceitual de Sistema de Informações de Gestão Econômica**: Uma Contribuição à Teoria da Comunicação da Contabilidade. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1989.
- HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
- RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. **Instrução normativa SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998**. Fixa prazo de vida útil de depreciação dos bens que relaciona. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/ant2001/1998/in16298.htm>>. Acesso em: 23 out. 2014.